

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG

Processo Licitatório nº 058/2024

Pregão Eletrônico nº 023/2024

Registro de Preço nº 012/2024

**OBJETO:** *Contratação de empresa especializada para futura e eventual prestação de serviços de cópias xerográficas de grande vulto, para atender a demanda da Rede Municipal de Ensino, neste Município, de acordo com as especificações, condições e quantidades detalhadas no item 19 e Anexo I do Edital.*

**GABRIEL SEABRA FERREIRA 06788886636 -ME (MASTERPRINT)**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.694.360/0001-45, com sede situada a Rua Ouro Preto, nº 655, sala 301, bairro Barro Preto, CEP: 30170-040, Belo Horizonte/MG, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos por GABRIEL SEABRA FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº MG9275985 SSP/MG, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 067.888.866-36, licitante habilitada e classificada no certame em epígrafe, vem, respeitosamente a V. Sa., tempestivamente, nos termos dos arts. 109, § 3º da Lei 8.666/93, art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/2002, c/c subitem 13.1.2 do Edital, apresentar suas **CONTRARRAZÕES**, ao recurso apresentado pelas empresas **DUPLICAR COPIADORA LTDA.** e **FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA**, pelas razões de fato e de direito abaixo aduzidas:

#### DA BREVE SÍNTESE DOS FATOS

Trata-se de recurso administrativo apresentado pelas empresas **DUPLICAR COPIADORA LTDA** e **FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA** que, inconformadas com o resultado do certame em epígrafe, do qual restou vencedora esta Recorrida, em estrita conformidade com a legislação vigente e com o edital objeto da licitação, aduzem, em uma tentativa desesperada de anular a vitória desta licitante, que:

- A empresa GABRIEL SEABRA FERREIRA 06788886636 (ME), sediada em Belo Horizonte, foi declarada vencedora da licitação e que sua proposta foi inferior a 50% do preço estimado do

certame, sendo supostamente inexecutável.

- A empresa FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA, sediada em Juiz de Fora, ficou em segundo lugar na classificação. Sua proposta correspondeu a 50% do preço referencial do certame.
- A suposta baixa proposta da empresa vencedora e da segunda colocada levanta preocupações sobre a eficiência da execução contratual, especialmente considerando todos os custos envolvidos na execução do objeto da licitação.
- São mencionados os custos adicionais relacionados aos deslocamentos necessários para a entrega de materiais pedagógicos às 45 unidades escolares e aos 12.762 alunos matriculados, que poderiam envolver viagens entre a sede das empresas vencedoras e a Secretaria requisitante (SEMED, Conselheiro Lafaiete).
- Requerem diligências da administração pública para apurar a exequibilidade da proposta apresentada pela recorrida.

Por fim, pleiteiam, sem qualquer fundamento, a anulação da decisão que declarou esta licitante vencedora, e a habilitação das recorrentes.

Contudo, nobre pregoeiro, as razões recursais das Recorrentes não merecem prosperar, posto que o recurso é completamente desprovido de fundamento legal ou editalício, com o intuito único e exclusivo de tumultuar o certame, conforme se verá a seguir, devendo ser negado provimento aos mesmos, com a manutenção da decisão que declarou esta licitante vencedora do certame, senão vejamos:

## **I - DOS FUNDAMENTOS FÁTICOS E JURÍDICOS PARA A TOTAL IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO INTERPOSTO**

A Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, promoveu o certame **(Pregão Eletrônico nº 023/2024)** estritamente de acordo com os ditames legais e em estrito cumprimento à Lei que rege o procedimento Licitatório, bem como de acordo com as regras do Edital, agindo com transparência e lisura durante todo o procedimento em epígrafe.

Vejam, nobres julgadores, que o inconformismo das Recorrentes diz respeito apenas e tão somente ao fato de não terem sido as vencedoras do referido certame, apresentando recursos desprovidos de qualquer fundamento fático e jurídico apto a promover a reforma da decisão do D. pregoeiro, apenas para tumultuar o procedimento, e induzir este pregoeiro a erro, senão vejamos:

## **II – DA EXIQUIBILIDADE DA PROPOSTA**

Nobre Pregoeiro, aduzem as recorrentes, sem qualquer fundamento em apertada síntese que a proposta apresentada pela recorrida seria inexequível e que a mesma não teria considerado todos os custos inerentes à contratação.

As empresas recorrentes argumentaram que a empresa recorrida teria apresentado uma justificativa sobre a exequibilidade de sua proposta que não refletiria a verdade, apesar de cumprir o que está estabelecido no edital em questão.

As recorrentes, de forma subjetiva, entendem que, apesar da decisão do pregoeiro em contrário, a justificativa seria inadequada, o que é um equívoco evidente.

A empresa MasterPrint não se limita a ser apenas uma copiadora, mas uma empresa completa que realiza integralmente todo o processo desde a obtenção das informações até o cumprimento das exigências e, conseqüentemente, consegue praticar custos diferenciados no mercado.

A recorrida importa suas máquinas a custo menor do que as empresas que adquirem máquinas de fornecedores de Minas Gerais, conseguindo, assim, praticar preços diferenciados no mercado.

Além disso, a simples presença de indícios de inexequibilidade não implica necessariamente que os preços sejam inexequíveis. Caso a administração pública julgue necessário comprovar a veracidade das informações fiscais, solicitamos gentilmente que seja realizada diligência, pois a empresa está apta a fornecer os documentos pertinentes. Devido ao volume elevado deste contrato, os preços dos insumos e materiais são diferenciados.

De fato, uma proposta não pode ser considerada inexequível apenas porque a licitante perdedora não conseguiria executá-la e/ou por adotar modelo diverso, com menor eficiência e economicidade. As condições econômico-financeiras da recorrente e da sua proposta não são parâmetros de exequibilidade.

Ora, para que uma proposta seja de fato declarada inexequível, atualmente, deverá ser comprovada que contém preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços e salários de mercado, o que não logrou a recorrente demonstrar em seu recurso.

Essa afirmação é feita considerando que, atualmente, a prática comum é que a Administração dê prioridade ao menor preço, resultando na desclassificação por inexequibilidade ser uma exceção.

Para que uma proposta seja considerada inexequível, os preços devem ser irrisórios ou de valor zero, o que não é o caso do preço apresentado pela recorrida que, apesar de ser inferior a 50% do orçado, é apenas 49% inferior, ou seja, apenas 1% de diferença, não havendo que se falar em valores irrisórios ou inexequíveis.

A proposta da recorrida é plenamente exequível, foram considerados todos os custos inerentes à contratação como, mas não se limitando a: impostos, funcionários, deslocamento, mão de obra, insumos, dentre outros, o que poderá ser demonstrado através de diligências a serem realizadas por essa administração, caso assim deseje.

A empresa Masterprint é uma empresa especialista em contratos com a Administração pública, possui diversos contratos em diversos órgãos não apenas em Minas Gerais, mas em outros Estados, sempre cumprindo fielmente os contratos com os referidos órgãos.

Além disso, veja que, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório não pode afastar o princípio da economicidade e da eficiência. Não se deve interpretar as regras editalícias de forma restritiva, uma vez que não prejudique a Administração Pública e desde que não fira a isonomia do certame.

Há que se falar também no princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. Ora, se a proposta da recorrida é mais benéfica para a Administração, ainda que pouca coisa inferior a 50% do valor orçado, não há que se falar em desclassificação da proposta, uma vez que já restou demonstrada a plena capacidade da recorrida em cumprir com a prestação dos serviços.

Cumprido esclarecer, que de acordo com a Lei de Licitações artigo 48 Inciso II §1º, alíneas a e b, preços manifestadamente inexequíveis são aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e são compatíveis com a execução do objeto do contrato, requisitos que constam no presente caso, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação e comprovadas a posteriori pela recorrida.

Neste mesmo sentido, trazem-se à colação os seguintes precedentes jurisprudenciais:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LICITAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA. INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS. IMORALIDADE ADMINISTRATIVA. IMPROCEDÊNCIA 1. A aferição da exequibilidade de preço ofertado em licitação pública (Lei nº 8.666/93, art. 44, § 3º) deve ser avaliada à luz das circunstâncias concretas da contratação. Interpretação e

aplicação restritiva que se impõem, em respeito à liberdade de iniciativa e de organização da atividade empresarial por parte do licitante. 2. A interpretação do art. 109, § 4º, da Lei de Licitações deve ser no sentido de validar a conduta da autoridade superior que, ao apreciar decisão de retratação de Comissão de Licitação, justificadamente entenda pela adjudicação do objeto do certame ao licitante que se sagrara vencedor, afastando a desclassificação decretada na origem. 3. Inocorrência de favorecimento de licitante, bem como ausente comprovação de prática de imoralidade administrativa. 4. Recurso a que se nega provimento (TRF-2 - AC: 267727 RJ 2001.02.01.024106-1, Relator: Desembargador Federal LUIZ PAULO S ARAUJO Fº/no afast. Relator, Data de Julgamento: 17/09/2008, SÉTIMA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data::25/09/2008 - Página::271)

Portanto, não há base para desclassificar a proposta vencedora, pois não houve violação por parte da recorrida ao Edital. Os preços apresentados na proposta da recorrente são plenamente adequados e exequíveis, alinhados com os custos de prestação do serviço e com o volume do objeto a ser contratado, conforme estipulado no edital e demonstrado na justificativa, incluindo uma margem lucrativa positiva. Ademais, não há critério estabelecido no edital deste pregão que justifique o recurso apresentado pelas recorrentes.

Além disso, eventual desclassificação de proposta por *inexequibilidade* deve ser objetivamente demonstrada, a partir de critérios previamente publicados, e deve ser franqueada oportunidade de o licitante defender sua proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo instrumento convocatório, antes de ter sua proposta desclassificada, o que já foi demonstrado pela recorrida e poderá ser novamente demonstrado caso este órgão queira realizar diligências para apurar a exequibilidade da proposta.

Ora, não estamos falando de uma proposta muito abaixo do valor orçado, mas apenas 49%, ou seja, apenas 1% de diferença dos 50% mínimos.

Ademais, a tabela abaixo demonstra a formação de custos preços da recorrida, o que comprova sua exequibilidade na proposta, senão vejamos:

### Planilha de custos e formação de preços global

Descrição	%	R\$
Depreciação dos equipamentos	10%	R\$ 84.000,00
Mão de Obra/Salário e outros (estão inclusos todos encargos sociais)	8%	R\$ 67.200,00
Custo página (Obs: já estão inclusas todas as despesas como papel, toner, suprimentos, peças em geral, bem como todos os demais itens necessários para a realização do serviço de qualidade)	54%	R\$ 453.600,00
Imposto(ISS, COFINS, PIS e todos os outros não citados anteriormente)**	13%	R\$ 109.200,00
Outros não especificados anteriormente*	6%	R\$ 50.400,00
Lucro	9%	R\$ 75.600,00
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>R\$ 840.000,00</b>
* TODOS OS OUTROS CUSTOS NÃO DISCRIMINADOS ACIMA JÁ ESTÃO INCLUSOS NO VALOR DA PROPOSTA, ATENDENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL		Global
**Empresa Optante pelo simples nacional		

Se o pregoeiro julgar necessário comprovar a formação do preço por meio de notas fiscais e contratos firmados, a empresa está disposta a fornecer essas notas fiscais e documentos comprobatórios da exequibilidade da sua proposta de maneira confidencial, uma vez que não pode revelar seus fornecedores.

Veja, Nobre Julgador, que a diferença entre a proposta dessa recorrida e das recorrentes é de 0,01 e 0,02 centavos, referida diferença é ínfima. Se a proposta da recorrida for considerada inexecutável a das recorrentes também, o são, uma vez que a diferença entre elas é ínfima.

Veja, Nobre Julgador, que a licitação visa a selecionar a **proposta** mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a **inexecutabilidade** prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a **proposta apresentada**, embora enquadrada em alguma das hipóteses de **inexecutabilidade**, pode ser, concretamente, executada pelo proponente.

Destarte, a presunção de **inexecutabilidade** deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a **proposta**, de que esta é de valor reduzido, mas executável.

No caso em comento, a recorrente não logrou êxito em comprovar que a proposta da recorrida é inexecutável, ao contrário, a recorrida comprovou que sua proposta é sim, executável.

Ainda neste sentido:

AGRAVO. MEDIDA DE URGÊNCIA. LICITAÇÃO. INEXEQUIBILIDADE. PRESUNÇÃO RELATIVA. "A licitação visa a selecionar a proposta mais vantajosa à Administração Pública, de maneira que a inexecuibilidade prevista no mencionado art. 48 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos não pode ser avaliada de forma absoluta e rígida. **Ao contrário, deve ser examinada em cada caso, averiguando-se se a proposta apresentada, embora enquadrada em alguma das hipóteses de inexecuibilidade, pode ser, concretamente, executada pelo proponente. Destarte, a presunção de inexecuibilidade deve ser considerada relativa, podendo ser afastada, por meio da demonstração, pelo licitante que apresenta a proposta, de que esta é de valor reduzido, mas exequível**" ( REsp 965839 -STJ- Min. DENISE ARRUDA). Não provimento do agravo regimental.

(TJ-SP - AGV: 20188741420148260000 SP 2018874-14.2014.8.26.0000, Relator: Ricardo Dip, Data de Julgamento: 25/03/2014, 11ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 27/03/2014)

Portanto, a análise da exequibilidade da proposta não deve ser feita de forma rígida, mas sim, deve ser analisado caso a caso.

No caso em comento, a proposta apresentada pela recorrida está apenas em 49% inferior ao preço orçado, não havendo que se falar, em hipótese alguma em inexecuibilidade da proposta apresentada, conforme restou demonstrado na planilha de custos e formação de preços acima.

Além disso, conforme já mencionado, a proposta da recorrida e das recorrentes são diferentes em apenas 0,01 e 0,02 centavos e, portanto, se a da recorrida é inexecuível, a das recorrentes também o são.

Diante de tudo o que foi exposto, é imperativa a rejeição dos recursos apresentados pelas recorrentes, caracterizados como meramente protelatórios e utilizados como artifício para frustrar o resultado legítimo do processo licitatório.

### III - DA SEDE DA EMPRESA LICITANTE.

Esta licitante está sediada na Rua Ouro Preto, 655, sala 301/302, CEP: 30170-040, Barro Preto, Belo Horizonte/MG, há quase 10 (dez) anos.

A empresa MasterPrint possui uma base consolidada de clientes e presta serviços em toda a região de Ouro Branco e Lafaiete, o que torna infundada a alegação da parte recorrente sobre dificuldades na entrega de trabalhos devido à distância.



A empresa possui mais de 8 (oito) funcionários somente no setor gráfico, dos quais 2 (dois) ficam EXCLUSIVAMENTE responsáveis pela região de Ouro Branco e Lafaiete, realizando serviços de entrega e retirada de materiais, manutenção de equipamentos, dentre outros.

Esta empresa não é uma mera copiadora, mas sim uma empresa de porte apto a cumprir os contratos firmados com os órgãos públicos, importando seus equipamentos e dispondo de uma equipe sólida que presta os serviços com o zelo e qualidade esperados pela administração pública.

Além disso, a empresa realiza serviços de entrega regularmente, especificamente para essas cidades, o que elimina qualquer argumento relacionado a dificuldades na entrega dos serviços ou custos elevados no transporte.

De toda forma, não há, no edital, qualquer óbice relativo ao endereço da licitante, sendo certo que referida alegação foi feita apenas e tão somente para tumultuar o certame, restando cabalmente comprovado nestas contrarrazões o endereço da sede desta licitante, devendo tal alegação ser rechaçada por este julgador.

#### IV - DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Assim, verifica-se que, em momento algum a recorrida descumpriu os requisitos previstos no Edital, ao contrário, seguiu expressamente todas as suas disposições e, portanto, não há que se falar em desclassificação desta licitante por inexecutabilidade da sua proposta, uma vez que restou demonstrado que a mesma é completamente exequível.

Caso o nobre julgador entenda de outra forma, requer que sejam realizadas diligências para que seja comprovada a exequibilidade da proposta apresentada.

O referido certame seguiu estritamente as regras do edital e da Lei de Licitações, garantindo a isonomia entre todos os participantes, devendo ser mantida a decisão que declarou esta empresa como vencedora do certame, sob pena de aí sim, se infringir os princípios da isonomia e boa-fé que permeiam as licitações.

Por todo o exposto, requerer:

- a) Sejam as presentes contrarrazões devidamente recebidas, posto que apresentadas tempestivamente;
- b) Seja negado provimento aos recursos interpostos pelas licitantes DUPLICAR COPIADORA LTDA e





FACILITA SERVIÇOS GERAIS LTDA, com a manutenção integral da decisão do Douto Pregoeiro que declarou esta empresa GABRIEL SEABRA FERREIRA ME (MASTERPRINT) habilitada e vencedora do certame Pregão Eletrônico nº 023/2024, em total cumprimento à Lei 8.666/93 e ao Edital.

- c) Acolham-se e analisem os documentos anexados a esta peça de Contrarrazões recursais;
- d) Caso o D. Pregoeiro decida pela reforma da decisão que declarou esta licitante vencedora, com fundamento no art. 9º da Lei 10.520/2002 c/c art. 109, III, § 4º, da Lei 8.666/93, e ao princípio do duplo grau de jurisdição, seja remetido o presente processo para a apreciação da autoridade superior competente.

Belo Horizonte, 20 de junho de 2024.

Gabriel Seabra Ferreira ME  
CNPJ/MF: 14.694.360/0001-45  
Representante Legal: Gabriel Seabra Ferreira  
CPF/MF: 067.888.866-36